



## **Mulheres negras, empoderamento e direitos humanos: um projeto de intervenção na comunidade Quilombola do Alagadiço.**

*Black women, empowerment and human rights: an intervention project in the Quilombola do Alagadiço community.*

RODRIGUES, Luana P<sup>1</sup>, Universidade Federal da Bahia(UFBA), pr.luana@gmail.com;  
OLIVEIRA, Lidiane de S. S<sup>2</sup>, Universidade Federal da Bahia(UFBA),  
flordelotus.lid@hotmail.com.com.br; SOUSA, Simone Francisca Ramos de<sup>3</sup>, Universidade  
Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), sfrsousa@gmail.com; SANTOS, Márcia  
Guena<sup>4</sup>, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), marciaguena@gmail.com; COSTA  
SILVA, Maíra C.S.<sup>5</sup>, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF),  
maira.agro13@gmail.com.

### **Eixo temático: Mulheres, Feminismos e Agroecologia**

**Resumo:** O presente resumo pretende apresentar o projeto “MULHERES NEGRAS, EMPODERAMENTO E DIREITOS HUMANOS: um projeto de intervenção na comunidade Quilombola do Alagadiço”, através de oficinas pedagógicas a ser realizadas na comunidade quilombola do Alagadiço, localizada na cidade de Juazeiro, Bahia, no distrito de Junco, no Salitre. As oficinas discutirão questões interseccionais entre gênero, raça e quilombo, direcionadas às mulheres do grupo contemplando suas trajetórias de vida, enquanto sujeitos políticos que possuem uma tradição ancestral e de luta. O projeto pretende incentivar o empoderamento das mulheres quilombolas e o reconhecimento político; trocar e produzir conhecimento acerca do universo que estão inseridas de maneira ativa; provocar uma atmosfera em que estas mulheres possam se perceber atrizes fundamentais para a manutenção e construção daquele território quilombola.

**Palavras-Chave:** Quilombos; mulheres negras; gênero; raça e direitos.

### **Contexto**

“MULHERES NEGRAS, EMPODERAMENTO E DIREITOS HUMANOS: um projeto de intervenção na comunidade Quilombola do Alagadiço” refere-se ao Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em Gênero e Direitos Humanos, realizado na Universidade Federal da Bahia/FFCH/NEIM, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, Polo de Paulo Afonso.

---

<sup>1</sup> Especializanda do curso de Educação em Gênero e Direitos Humanos da UFBA. E-mail: pr.luana@gmail.com

<sup>2</sup> Especializanda do curso de Educação em Gênero e Direitos Humanos da UFBA. E-mail: flordelotus.lid@hotmail.com.com.br

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Extensão Rural da Univasf. E-mail: sfrsousa@gmail.com

<sup>4</sup> Professora Doutora do curso de Jornalismo do Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus de Juazeiro, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: marciaguena@gmail.com;

<sup>5</sup> Agrônoma vinculada ao Núcleo Sertão Agroecológico NUSAN da UNIVAF. E-mail: maira.agro13@gmail.com



Este projeto será realizado na Comunidade Quilombola do Alagadiço, no distrito de Junco-Salitre Juazeiro-BA e representa a continuidade de um trabalho que vem sendo realizado na referida comunidade, no qual estou inserida, realizando ações concernentes às minhas atividades à frente da Diretoria de Diversidade, responsável pelas relações étnico raciais, ligada a Secretaria de Desenvolvimento Social Mulher e Diversidade da Prefeitura Municipal de Juazeiro. Esta secretaria tem em seu organograma o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) e é membro integrante do Grupo de Articulação Quilombola, um Projeto de Pesquisa e extensão, coordenado pela Professora Dr<sup>a</sup>. Márcia Guena dos Santos, do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, em Juazeiro, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Além da prefeitura municipal, integram o projeto a Pró-Reitoria de Extensão da Univasf; a Defensoria Pública da União, em Petrolina; o Centro de Assessoria Jurídica Popular Luiz Gama, da Uneb, (Cajup); as comunidades quilombolas do Alagadiço, Rodeadouro, Barrinha da Conceição e Sitio Lagoinha e vários pesquisadores da UNEB.

As ações perpassam pelo processo de fortalecimento da Identidade Racial; a mobilização das instituições e Serviços públicos para a garantia dos direitos dessa população, como é o caso da inclusão das famílias na base do Cadastro único do governo federal, da instalação de um Cursinho Pré-vestibular do Programa Universidade Para Todos do Governo do Estado, executado pela UNEB que atua em parceria com a Prefeitura Municipal; a aprovação de recurso de R\$ 300 mil reais para a comunidade do Alagadiço, por meio do Edital Bahia Produtiva do Governo do Estado da Bahia, cujo objetivo principal do projeto é que a comunidade possa investir na profissionalização do processo Produtivo com fins de sustentabilidade e autonomia, já que hoje mais de 90% das 40 famílias que constituem a referida comunidade, encontram-se na condição de extrema vulnerabilidade, considerando que são beneficiários do Programa do Governo Federal Bolsa Família, política pública direcionada para famílias em extrema pobreza.

Além do acesso ao benefício social, a outra fonte de subsistência desses sujeitos é a comercialização da sua mão de obra barata para a prestação serviços agrícolas nas fazendas irrigadas, localizadas na vizinhança. Esta condição expõe essas trabalhadoras e trabalhadores à utilização de agrotóxicos sem as condições adequadas de segurança exigidas pelos órgãos nacionais e internacionais que legislam a cerca da segurança no trabalho, submetendo-as (os) aos efeitos danosos dessas substâncias para a saúde dos seres humanos.

Além dessa ponte com as instituições que devem garantir direitos básicos para a população presente neste território tradicional, um dos objetivos desse trabalho é o estabelecimento de uma rede de proteção para as comunidades quilombolas de Juazeiro e região, principalmente no que diz respeito aos ataques dos grandes proprietários de terra. Este é o caso da comunidade do Alagadiço, que vive sob ameaça constante de invasão, ao pouco de terras que ainda resta em seu poder. Como afirmam os mais velhos, o Alagadiço possuía uma importante extensão de terras que beirava, inclusive, as margens do Rio São Francisco. Hoje a População



vive restrita a um corredor de casas, entre as terras que agora pertencem a fazendeiros, tendo que solicitar autorização para o acesso ao Rio.

Em razão dessas questões que exemplificam o risco iminente de desaparecimento desse território quilombola, realidade que não se diferencia de tantas outras presentes no território nacional, fez-se imprescindível o envolvimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia e da Promotoria Federal, do INCRA, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI) e entre outras.

A frente de todas as lutas presentes no cotidiano dessa comunidade estão as mulheres. Entre jovens e adultas, apesar de não estarem encabeçando a associação comunitária de maneira formal, são elas que promovem, em expressiva maioria, os processos de mobilização necessários para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Em 2015 a comunidade do Alagadiço foi a primeira a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares na cidade de Juazeiro-BA, em um universo de 17 comunidades remanescentes, identificadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os moradores mais velhos da comunidade afirmam que ocupação do território foi realizada há mais de 200 anos (SANTOS, 2014). Desde o seu reconhecimento a quantidade de pesquisas acerca dessa comunidade é crescente, porém as questões de gênero ainda não foram problematizadas.

Por isso, a necessidade de intervenções pedagógicas, compondo-se, portanto, em processo de conscientização política das mulheres da comunidade chamando atenção para a importância da sua atuação protagonista na manutenção daquele território e na luta para o acesso a inúmeros direitos básicos que historicamente lhes são negados, como o direito a terra, a água tratada, saneamento básico, saúde e educação contextualizada.

## **Descrição da Experiência**

A comunidade quilombola do Alagadiço está localizada a 18 quilômetros do centro de Juazeiro; está constituída por 40 famílias e possui uma associação quilombola ativa, integrando o projeto Articulação quilombola. Em termos de equipamentos urbanos, a comunidade possui um prédio de uma escola desativa, recém reformada pela prefeitura municipal, a partir de uma solicitação do grupo de Articulação Quilombola em parceria com a comunidade; uma caixa d'água, que distribui água in natura do rio para as casas; cisternas em todas as casas; uma igreja católica, construída pela comunidade. Há plantio de verduras e hortaliças nos quintais, bem como a criação de ovinos, porcos e galinha. A frequência às atividades políticas é majoritariamente feminina, com o comparecimento de cerca de 30 mulheres.

A metodologia proposta para a aplicação do projeto de intervenção se dará por meio da realização de 04(quatro) oficinas pedagógicas, com duração de 08 horas cada, compostas por atividades diversas, como dinâmicas de grupo, rodas de conversa,



produção coletiva e individual, visando a sensibilização de 30 mulheres quilombolas que já atuam junto a Associação comunitária.

O que nos mobiliza para a intervenção é a invisibilidade sociopolítica que se perpetua sobre as mulheres negras, com agravo ainda maior sobre as mulheres negras quilombolas, nas relações de poder, acarretando na vulnerabilidade, marginalização e violência sobre essas pessoas.

A construção do Projeto de Intervenção tem por paradigma a mulher quilombola negra e suas histórias de vida, ou seja, a mulher quilombola como sujeitos históricos possuidoras de uma tradição ancestral, antirracista de resistência. Refletir com ela é, academicamente, um exercício *antiepistemicida* e reafirma, enquanto sujeitos políticos, que suas vidas compõem os enquadramentos sociais, mesmo com o esforço da *branquitude* em apagá-los.

O objetivo de realizar oficinas pedagógicas sobre o empoderamento da mulher negra quilombola, tem uma perspectiva africanista, na Comunidade de discutir acerca dos direitos, do feminismo negro e suas pautas políticas. Por isso, é importante, metodologicamente, explicitar quais autores e quais perspectivas iremos utilizar nesse projeto.

Para pensar sobre Direitos Humanos e os direitos das comunidades tradicionais utilizaremos o autor Júlio Cesar de Sá da Rocha (1997); na reflexão acerca de identidade, sujeito, coletividade e ancestralidade quilombola, iremos trazer as reflexões teóricas de Kabengele Munanga ( ); traremos ainda, para debater acerca de identidade e feminismo negro, a autora Sueli Carneiro (2005); e Souza e Araújo (2014) que refletem, especificamente, sobre a mulher negra quilombola; e Santos (2014) para discutir as comunidades quilombolas do Vale do São Francisco. Esses autores integram o marco teórico que embasará o processo de execução do Projeto de Intervenção (PI).

## **Resultados**

Assim, diante desse processo de invisibilidade a que estão submetidas às mulheres negras quilombolas, submetidas a extrema vulnerabilidade, faz-se oportuna a intervenção através do Projeto em tela, provocando a reflexão com as mulheres negras, acerca de direitos, identidade, ancestralidade, história de vida, resistência e empoderamento feminino.

Tendo como resultados esperados o reconhecimento das suas próprias narrativas de vida, significado um processo político de resistência importante tanto para a manutenção daquele território tradicional, como para o fortalecimento da identidade e autovalorização dos saberes produzidos pela comunidade. Ainda pretende-se intervir nos processos de invisibilidade e despertar para uma ancestralidade negra quilombola.



## **Agradecimentos**

Às que vieram antes, se aquilombaram para garantir que caminhássemos.

## **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Marilea de. **A experiência das mulheres quilombolas**: raça e gênero na criação de corpos étnicos. 08/2014, XVI Encontro Regional de História "Saberes e práticas científicas", vol., pp.334-334, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (em filosofia da educação). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação junto à Área Filosofia da Educação. São Paulo, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP: São Paulo, Dezembro/Feveiro – 1995/1996.

ROCHA, Júlio de Sá da. **Direito Ambiental do Trabalho**: Mudanças de Paradigmas na Tutela Jurídica à Saúde do Trabalhador. Cap7, pp.225-226. São Paulo: Atlas, 2013.

Santos, Márcia Guena. **Quilombos de Juazeiro**: Entre Imagens e Histórias. Juazeiro, 2014.